

PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA

A obra está de acordo com a
Lei nº 12.016 (nova Lei do Mandado de Segurança)

RONALDO CAMPOS E SILVA



Niterói, RJ

2013



© 2013, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Editora Impetus Ltda.

Revisão de Português: REVETRAD – Revisões e Traduções

Impressão e encadernação: Editora e Grafica Vozes Ltda.

S583p

Silva, Ronaldo Campos e

Processo de mandado de segurança / Ronaldo
Campos e Silva. – Niterói, RJ: Impetus, 2013.

184 p.; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7626-721-8

1. Mandado de segurança - Brasil. I. Título.

CDD: 347.81077

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Aspectos Contemporâneos do Direito Processual Civil 1

1. A evolução metodológica do Direito Processual Civil: o sincretismo, o conceitualismo e a instrumentalidade do processo1
2. O humanismo processual.....3
3. Os princípios e regras que compõem as garantias fundamentais do processo justo.....5
 - 3.1. Acesso à justiça.....6
 - 3.2. Imparcialidade do juiz.....7
 - 3.3. Isonomia processual.....8
 - 3.4. Contraditório e ampla defesa 10
 - 3.5. Vedação das provas obtidas por meios ilícitos 12
 - 3.6. Coisa julgada 12
 - 3.7. Juiz Natural 13
 - 3.8. Motivação das decisões judiciais 14
 - 3.9. Publicidade 15
 - 3.10. Duração razoável do processo 15
 - 3.11. Devido processo legal 16

Capítulo 2 – Hermenêutica das Garantias Fundamentais do Processo Justo 19

1. A distinção entre regras e princípios e as restrições às garantias fundamentais do processo justo 19
2. Limites às restrições às garantias fundamentais do processo justo: reserva de lei, proporcionalidade e núcleo essencial 23

Capítulo 3 – Uma Breve Retrospectiva da História do Mandado de Segurança 27

Capítulo 4 – Os Elementos Estruturantes do Mandado de Segurança na Constituição Brasileira de 1988	33
1. Direito líquido e certo	33
2. Não amparado por <i>habeas-corpus</i> ou <i>habeas data</i>	36
3. Ilegalidade ou abuso de poder.....	36
4. Autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público	37
Capítulo 5 – Classificação da Ação de Mandado de Segurança e Outras Questões Correlatas.....	41
1. Aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil.....	43
2. Utilização do mandado de segurança no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis	45
Capítulo 6 – A Impetração do Mandado de Segurança	47
1. O impetrante do mandado de segurança	47
2. A legitimação extraordinária para a impetração do mandado de segurança.....	48
2.1. A notificação do titular do direito originário como condição para o exercício da legitimação extraordinária	50
2.2. Os limites subjetivos da coisa julgada na hipótese de legitimação extraordinária	51
3. O prazo de 120 dias para a impetração do mandado de segurança.....	53
3.1. Algumas questões pontuais envolvendo o prazo de cento e vinte dias.....	57
4. A impetração do mandado de segurança contra ato legislativo e contra ato jurisdicional.	59
4.1. Contra ato legislativo	59
4.2. Contra ato jurisdicional.....	60
Capítulo 7 – A Defesa no Processo de Mandado de Segurança	63
1. Sobre quem ocupa o polo passivo da relação processual no mandado de segurança.....	63
2. O exercício do contraditório e da ampla defesa: avanços e aparentes retrocessos da Lei nº 12.0126/2009.....	66
2.1. A citação da pessoa jurídica	66
3. As intimações das decisões proferidas no processo de mandado de segurança.....	67
Capítulo 8 – A Providência Liminar e as Restrições à sua Concessão	71
1. A liminar.....	71

2.	A natureza jurídica da liminar	72
3.	A caução, fiança ou depósito.....	73
4.	As vedações à concessão de liminares contra o Poder Público.....	74
5.	É possível ao juiz conceder a liminar de ofício?.....	77
6.	A recorribilidade da decisão que concede ou denega a liminar.....	78

Capítulo 9 – A Prova no Processo de Mandado de Segurança81

1.	Ainda o direito líquido e certo	81
2.	Restrição quanto aos meios de prova e quanto ao tempo de sua produção....	83
3.	Exibição de documento ou coisa.....	84
4.	Ônus da prova	85

Capítulo 10 – O Parecer do Ministério Público87

Capítulo 11 – A Sentença 91

Capítulo 12 – A Apelação e a Remessa Necessária..... 95

Capítulo 13 – A Suspensão da Segurança..... 99

Capítulo 14 – Notas Sobre o Mandado de Segurança Coletivo 103

1.	Objeto do mandado de segurança coletivo	103
2.	Legitimidade para a impetração do mandado de segurança coletivo	104
2.1.	Partido político	105
2.2.	Organização sindical, entidade de classe ou associação.....	107
2.3.	Ministério Público	108
3.	A coisa julgada e a litispendência no mandado de segurança coletivo.....	108
3.1.	A coisa julgada.....	108
3.2.	A litispendência	110
4.	Prévia audiência da Fazenda Pública para a concessão da liminar no mandado de segurança coletivo.....	112

Capítulo 15 – Notas Sobre a Jurisdição Constitucional das Liberdades no Direito Comparado..... 115

1.	México	115
2.	Espanha	117
3.	Alemanha	120

Capítulo 16 – Conclusões..... 123

**ANEXO - Tabela comparativa das leis que regularam o mandado
de segurança no Brasil..... 133**

Referências Bibliográficas 147